

■ OPINIÃO



# Pausa para arrumação no segundo semestre

Bolívar Lamounier \*



Dois anos de Plano Real, um ano e meio de governo FHC. Com as reformas empacadas no Congresso, sinais de desgaste na opinião pública e uma penca de outros problemas, o presidente teve sua cota de inferno astral. Com a chegada das eleições, teremos mais dificuldades políticas e mais discórdia? Pode ser, mas acho mais provável a hipótese contrária. Salvo fatos negativos totalmente inesperados, parece-me que o governo terá uma boa oportunidade para se rearrumar e refletir melhor sobre seus rumos.

São as seguintes as razões que me levam a crer que o clima do segundo semestre será melhor para o presidente e o governo federal: 1) a atenção da mídia deslocar-se-á para a campanha eleitoral, tirando o presidente da exposição excessiva dos últimos meses; 2) a eleição municipal será a mescla habitual de temas nacionais e locais, e não um pleito nitidamente plebiscitário; 3) em São Paulo, onde o potencial plebiscitário é sempre maior, a entrada de José Serra alterou completamente o quadro negativo que se prenunciava; 4) teremos algum aumento de atividade econômi-

ca, com índices baixos (e provavelmente até mais baixos) de inflação.

Eleições municipais, no Brasil, não são puramente locais, mas também não são nacionais. Há sempre uma mescla de temas, com menor ou maior ênfase nos de caráter nacional, dependendo do tamanho e de outras características do município. O que se pode dizer com certeza é que uma eleição realizada simultaneamente em mais de 5 mil mu-

**A atenção da mídia tende a deslocar-se para a campanha, tirando o presidente da exposição excessiva dos últimos meses**

nicipios envolve situações extremamente variadas e traz centenas de novos personagens. Esse enorme volume de atividade política necessariamente reduz a presença do presidente da República na mídia — a não ser que ele mesmo cometesse a imprudência de querer nacionalizar completamente a disputa. Dado o desgaste que o presidente Fernando Henrique sofreu no

primeiro semestre, esse deslocamento das atenções ser-lhe-á benéfico.

No que diz respeito a São Paulo, a situação melhorou muito, sob o ponto de vista do governo federal, com a entrada de José Serra. Pode-se hoje dizer que a campanha foi devidamente “urvirizada”, isto é, que as forças políticas aqui predominantes compõem o pleito com seus valores reais, e não numa situação de artificial desequilíbrio. Seja qual for o resultado final, já sabemos que será uma campanha densa, e que eventuais críticas ou ataques ao governo federal serão respondidos com a eficácia cabível em cada caso.

Inegavelmente, a eleição municipal de São Paulo traz em seu bojo as primeiras escaramuças da futura eleição presidencial. Pelo menos três das forças que presumivelmente terão peso na sucessão acham-se em confronto no cenário paulistano. O que importa

ao presente argumento, entretanto, é que a campanha municipal não necessariamente deflagrará o processo sucessório nacional, como ocorreria se o PSDB tivesse lançado um candidato com pouca densidade. Nessa última hipótese, um espaço político enorme seria imediatamente ocupado por Maluf (com Celso Pitta) e pelo PT (com Luíza Erundina). Ou seja, duas forças políticas importantes seriam do-

cemente estrangidas a nacionalizar completamente a eleição municipal, ambas entoando discursos de oposição (pela direita e pela esquerda) ao governo Fernando Henrique.

Naturalmente, o problema do desemprego e as mazelas sociais do País estarão presentes em todos os palanques, e mais ainda nos de oposição ao governo Fernando Henrique. Com um programa de estabilização e reestruturação econômica em curso,

seria ingenuidade imaginar que a situação eleitoral pudesse ser confortável para o governo no que se refere à política social. Novos conflitos podem ocorrer, no campo ou nas cidades, dramatizando a questão social. Mas é preciso não confundir a forte presença da questão social na agenda da campanha com seu poder de corrosão política sobre o governo federal. Candidatos que passarem toda a campanha dizendo que nada podem fazer no presente quadro da política federal correrão o risco de perder terreno para outros com discurso mais construtivo, apesar das atuais dificuldades.

O relativo reaquecimento que já se vem registrando na atividade econômica não necessariamente reverterá a perda de popularidade que o presidente Fernando Henrique sofreu durante o primeiro semestre, mas não há dúvida de que reforçará os fatores antes mencionados, propiciando ao governo uma pausa para reflexão e reorganização. Intervalo não é apenas descanso: é o momento em que o time analisa suas falhas e trata de melhorar o seu padrão de jogo. Esse possível desafogo do segundo semestre será o momento adequado

para o governo Fernando Henrique reexaminar seus problemas de coordenação interna e externa, ou seja, o seu próprio funcionamento administrativo (tendo em vista a remoção de eventuais focos de ineficiência), suas relações com o Congresso e seus problemas de comunicação com a opinião pública. Há, porém, uma questão de fundo, com alcance estratégico: encontrar o “ponto do doce” no que diz respeito às reformas constitucionais (previdenciária, administrativa e tributária). Uma coisa é reconhecer que as tentativas têm sido pouco frutíferas nessas três áreas (não obstante o conteúdo modesto de algumas propostas). Tentar avançar mediante medidas provisórias e/ou legislação infraconstitucional é, por conseguinte, uma providência de elementar bom senso. Desistir pura e simplesmente da reforma constitucional já seria outra coisa: equivaleria a estimular a complacência do País com um arcabouço constitucional que sabidamente reduz o seu potencial de recuperação econômica, a médio prazo. ■

\* Cientista político, diretor de pesquisa do Idesp e associado da MCM Consultores.